

Governo formará colegiado para dirigir seu bloco parlamentar

BRASÍLIA — O Governo vai formar um colegiado com representantes das diversas bancadas no Congresso e na Constituinte para dirigir e mobilizar seu bloco de apoio parlamentar, que será formado de imediato. Na tentativa de identificar o posicionamento do Deputado Ulysses Guimarães no novo quadro político, o Assessor Especial do Palácio do Planalto, Thales Ramalho, manteve ontem um encontro de 45 minutos com o Presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara.

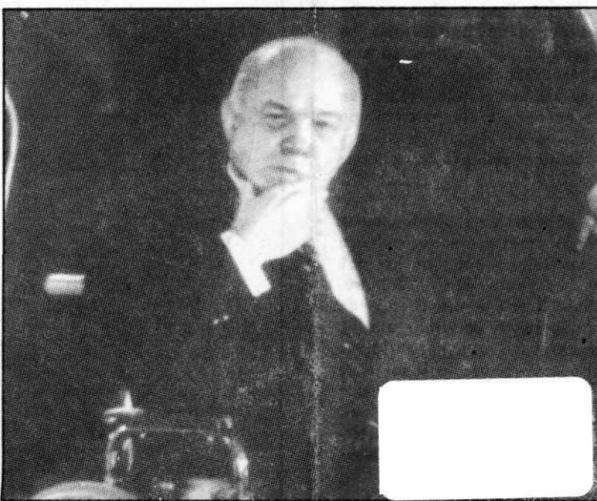
A primeira conversa de Thales com Ulysses depois que assumiu o cargo no Governo não rendeu o resultado esperado pelo Assessor do Presidente Sarney. Na primeira parte da conversa, conversaram sobre o estado de saúde de Dona Mora, deixando as questões políticas em segundo plano. Quando decidiram abordar a atualidade política, os dois foram interrompidos por pessoas que chegaram à residência de Ulysses. Como o Deputado teve que viajar para São Paulo, a fim de acompanhar a operação de Dona Mora, os

dois decidiram marcar um novo encontro para os próximos dias.

No Palácio do Planalto, a costura do bloco governista ganhou intensidade com a presença de vários políticos no Gabinete do Presidente José Sarney. Estiveram com o Presidente os Ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia; Paulo Brossard, da Justiça; Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo; o Presidente do Senado, Humberto Lucena; e o Líder no Senado, Saldanha Derzi.

O colegiado que vai organizar e mobilizar o bloco de apoio ao Governo funcionará também como uma espécie de Conselho Político, mas terá essencialmente um caráter operacional dentro do Congresso e da Constituinte. Esse modelo foi testado pelo Centrão, que funcionava com vários coordenadores.

Hoje, em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", o Presidente Sarney fará uma análise sobre as decisões que a Constituinte adotou sobre sistema de governo e mandato presidencial.



Thales articula um comando para o bloco governista na Constituinte

Newton: Eleições municipais este ano consolidam democracia

BELO HORIZONTE — O Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem que em hipótese alguma admitirá o adiamento das eleições municipais previstas para novembro deste ano, como defendem alguns constituintes que votaram no presidencialismo com cinco anos de mandato. Ele lembrou que as eleições municipais são um passo importante para a consolidação da transição democrática e um compromisso do PMDB.

De acordo com o Governador de Minas, não existe qualquer motivo para a transferência do pleito deste para o próximo ano. Apesar de reconhecer que os Prefeitos têm feito pressão neste sentido, Newton assegurou que o PMDB só enfrenta na realidade um único problema: excesso de candidatos. Otimista, ele previu, ainda, que pelo menos em Minas Gerais o partido terá "uma vitória massacrante".

Em Brasília, o Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), afirmou que as eleições municipais serão realizadas este ano:

— A Constituinte não tem poderes para prorrogar os mandatos eletivos.

Para Ibsen, um atraso nos trabalhos da nova Carta, que fosse capaz de prejudicar o período de desincompatibilização de candidatos, não justifica o adiamento. Ele disse que o Congresso pode superar o problema, promovendo adequações na atual legislação.

O Presidente do PFL, Marco Maciel, não quis comentar o assunto, adiando sua avaliação para a próxima semana, quando — espera — já terá feito sua análise. O Líder do PTB, Gastone Righi, foi veemente:

— Seria uma violência sem igual.

Um dos líderes do "Centro democrático", Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), informou que o movimento pelo adiamento das eleições municipais é crescente. Três membros do Centrão já elaboram emendas com esta finalidade: Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), Gilson Machado (PFL-PE) e Basílio Villani (PMDB-RJ).

'Prefeitáveis' do Rio querem pleito

Os postulantes à Prefeitura do Rio condenaram ontem as articulações com vistas ao adiamento das eleições municipais para 89. Os Deputados Alvaro Valle (PL) e Márcio Braga (PMDB) e o Vice-Prefeito Jó Resende (PSB) foram contundentes na contestação da proposta. "Isto é uma loucura", reagiu Márcio Braga. O empresário Hélio Paulo Ferraz (PFL) também fez coro com os que condenaram o adiamento.

Apontado como um dos nomes para representar o PMDB na disputa, o Secretário estadual de Cultura, Raphael de Almeida Magalhães, admitiu — após audiência com o Governador Moreira Franco — que a aprovação do mandato de cinco anos para os próximos Presidentes dificulta a realização de eleições às Prefeituras neste ano.

O Deputado Márcio Braga acusou os responsáveis por essa proposta de desequilibrados mentais. Em tom inflamado, disparou:

— Prorrogar mandatos e adiar eleições marcadas são loucuras. Mas são coisas factíveis depois que esses loucos deram cinco anos de mandato para os Presidentes e mantiveram o presidencialismo.

Jó Resende, provável candidato do PSB, disse que, em princípio, não poderia concordar com qualquer manobra prorrogacionista porque defende a realização de eleições presidenciais ainda em 88.

O empresário Hélio Paulo Ferraz, virtual candidato do PFL, não vê motivos para qualquer alteração do calendário eleitoral. Hélio Paulo oferece uma proposta conciliatória aos que desejam promover o encontro de mandatos entre prefeitos e governadores: a realização de eleições com um mandato tampão de dois anos.

Virtual candidato do PL, o Deputado do Alvaro Valle disse ontem que em "tempo de crise não se adiam eleições, ao contrário, convocam-se".

Líderes se reunirão para adaptar texto

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, marcou para terça-feira, às 11 horas, em seu gabinete, uma reunião com as lideranças partidárias para estudar o aperfeiçoamento do sistema de governo aprovado, através da emenda Lucena-Vivaldo. O ponto mais polêmico é a moção de censura — que poderá ser individual ou coletiva, com quorum de dois terços ou maioria absoluta —, mas também preocupam algumas imperfeições técnicas no texto aprovado e uma possível incompatibilidade entre os Poderes Legislativo e Executivo. Ulysses insiste na criação da figura do Primeiro-Ministro.

A avaliação de que a emenda presidencialista apresenta "defeitos insanáveis" e gera incompatibilidade entre os Poderes levou o Senador José Fogaça (PMDB-RS) a propor ontem, através de projeto de resolução, a criação de uma comissão para revisar, em 72 horas, os Capítulos do Legislativo e Executivo. Para o Senador, a manutenção de dispositivos como as moções de censura e de discordância e o veto presidencial tor-

narão o País ingovernável e provocarão crises institucionais.

O projeto de resolução, que altera o Regimento Interno, precisa do apoio de maioria simples da Constituinte para ser aprovado. Se isso ocorrer, caberá a Ulysses indicar os seis membros da comissão, mais o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). A proposta foi aceita pelo grupo parlamentarista, que esteve reunido no gabinete do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), ontem de manhã. Mas Ulysses quis marcar o encontro de terça-feira porque, se houver entendimento, não será preciso alterar o Regimento Interno.

Interessado em promover o entendimento, Ulysses reuniu em seu gabinete líderes presidencialistas como os Senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os Deputados José Genoino (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ). A principal preocupação do grupo é em relação ao destaque do Deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL), que propõe a redução do quorum da moção de censura para maioria simples.

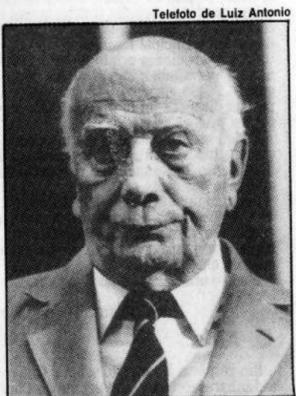
Ulysses insiste em não votar mandato agora

BRASÍLIA — Se depender do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, será inútil qualquer tentativa na Assembléia de decidir-se logo — como o Palácio do Planalto deseja — a duração do mandato do Presidente José Sarney, com a antecipação da votação das Disposições Transitórias da nova Carta. Ele reafirmou ontem sua posição contrária à idéia. Defendeu a seqüência natural dos trabalhos, que prevê para a próxima semana a votação do Capítulo referente ao Poder Executivo.

Ulysses respondeu negativamente quando, em uma questão de ordem, o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, indagou se a Mesa havia recebido qualquer pedido de inversão de pauta por parte do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna. Mais tarde, Sant'Anna disse a diversos parlamentares que deixara de fazer o pedido por levar em conta o fato de não ter recebido qualquer esclarecimento da Mesa a propósito de uma tentativa de inversão feita durante a votação do Título I do texto constitucional.

O Governo, por sua vez, ainda avalia se a iniciativa é conveniente, especialmente porque cabe agora aos defensores dos quatro anos de mandato providenciar quorum para aprovar emenda nesse sentido. Essa circunstância reduziria os receios do Palácio do Planalto de perder apoio para os cinco anos em razão das medidas econômicas que vierem a ser adotadas.

— Em política deve-se evitar sempre a atitude de força, atropelando o



Ulysses: apoio à seqüência natural

calendário. Acho temerosa a iniciativa — disse o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos mais assíduos interlocutores de Sarney.

Carlos Sant'Anna entende que a antecipação é uma alternativa que está aberta. Não obstante, acha que ainda é cedo para avaliar a conveniência de adotá-la.

— De qualquer forma, é uma possibilidade — disse.

Um assessor presidencial sustenta que para viabilizar a antecipação da votação basta a apresentação de um requerimento à Mesa, pois o Regimento Interno da Constituinte não proíbe essa iniciativa. Se a Mesa recusar, diz ele, pode-se exigir a posição do plenário, que é soberano.

Konder e Afonso interpretam diferente

BRASÍLIA — A duração do mandato do Presidente José Sarney suscitou ontem interpretações diferentes: uma do Relator-Adjunto da Constituinte, Deputado Konder Reis (PDS-SC), que levantou a hipótese de seis anos, e outra do Professor de Direito Constitucional e Assessor da Liderança do PMDB, José Afonso da Silva, para quem o período do atual Presidente é de cinco anos.

Segundo Konder, se for mantido o texto do Centrão para as Disposições Transitórias, a duração é de seis anos, de acordo com a Constituição em vigor. E observa: o projeto de Constituição prevê o mandato de cinco anos para os futuros Presidentes, ficando o de Sarney para ser definido nas Disposições Transitórias. Caso o plenário decida manter o texto do Centrão, que não faz qualquer referência à duração do mandato de Sarney, permanece o período de seis anos.

Para o Professor José Afonso, o período de Sarney é de cinco anos. Explicou que quanto à figura da norma intertemporal, invocada pelos defensores dos seis anos, não existe o chamado vazio legal, pois quando a nova Carta for promulgada ela substituirá imediatamente o texto em vigor. Com relação ao outro princípio, o do direito adquirido, afirmou que não existe esta figura em face de uma Constituição que define ou altera uma situação anterior.

Pimenta da Veiga deixa o PMDB e fica sem partido

BRASÍLIA — Líder do PMDB na Câmara nos dois primeiros anos do Governo Sarney, o Deputado Pimenta da Veiga (MG) subiu ontem à tribuna da Constituinte para comunicar que, com sete companheiros da bancada de Minas, estava deixando o partido. Ele disse que o PMDB tem seguido uma rota de desrespeito aos compromissos assumidos na praça pública.

Emocionado, Pimenta se dirigiu, no início da sessão, a cerca de 50 Constituintes, frisando que também falava em nome de Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Otávio Elisio, Roberto Brant, Ziza Valadares e Mauro Campos.

— O nosso sonho acabou. Acabou porque reconhecemos que fomos vencidos, inteiramente, pelos que de-

sejam um partido oposto ao que idealizamos — disse Pimenta da Veiga.

No Rio, o Deputado Miro Teixeira, Vice-Líder do PMDB na Constituinte, revelou a existência de um manifesto elaborado por um grupo de parlamentares ligados ao Senador Mário Covas. O documento, que deveria ser divulgado ontem pelo Governador Waldir Pires, da Bahia, prega o imediato rompimento do grupo com o Governo, a demissão dos "verdadeiros peemedebistas" que ainda continuam na administração federal, a formação de um bloco de oposição ao Presidente Sarney na Constituinte, e a retomada da luta pelos quatro anos de mandato.

Waldir Pires confirmou a existência do manifesto, mas disse que ain-

da está estudando o seu conteúdo, principalmente a parte referente à saída dos peemedebistas do Governo. Por sua vez, o Deputado Antônio Britto, outro Vice-Líder do PMDB, anunciou, em Porto Alegre, a formalização do grupo dissidente dentro do partido. Britto explicou que um dos objetivos imediatos é a retomada do controle do partido, na Convenção Nacional, marcada para o dia 5 de junho.

Caso isso não ocorra, ele defende a criação de um partido de centro-esquerda, que ocupe o espaço destinado historicamente ao PMDB. Para Britto, a democracia não pode mais conviver com um grande partido que não sabe o que quer:

— Ou ele se redefine ou desaparece.